

## PORQUE QUER E DEVE O IRÃO TER A BOMBA NUCLEAR?

**Cristiana Silva**

*Membro associado do Observatório Político*

A data histórica de 11 de Fevereiro de 1979 assinala o fim da Monarquia Pahlavi e o nascimento da República Islâmica do Irão. Conservadora, racional e pragmática, a política externa de Teerão faz das suas ambições nucleares um instrumento fundamental para a prossecução dos seus interesses nacionais. Assumindo uma visão realista das relações internacionais, este ensaio pretende fazer uma análise do resultado das recentes eleições presidenciais no país, argumentando que a nomeação de Hassan Rowhani, um clérigo reformista, como novo presidente do Irão, não implica necessariamente uma mudança na condução e execução da política externa do regime teocrático e, em particular, no que respeita à questão nuclear. Em primeiro lugar, porque realiza objetivos de preservação e sobrevivência, poder e prestígio. E, em segundo lugar, reposto o equilíbrio de poder na região, significará maior estabilidade regional e internacional.

---

*History has shown that where nuclear capabilities emerge, so, too, does stability. When it comes to nuclear weapons, now as ever, more may be better*

Kenneth N. Waltz (1924-2013)

Quando, no passado dia 14 de Junho, os iranianos elegeram para seu presidente um clérigo moderado, surpreenderam Washington e o mundo. Ao invés de uma repetição da vitória conservadora de 2009, Hassan Rowhani, o candidato reformista, vence as eleições à primeira volta com mais de 50% dos votos, trazendo milhares de iranianos para a rua em júbilo celebrando aquilo a que o presidente recém-eleito chamou a “vitória da moderação sobre o extremismo” (Hosseini 2013).

Durante a sua campanha, Rowhani apelou por mais racionalidade e moderação nas questões de política interna, assim como relações mais construtivas com o

exterior, através da abertura do regime ao Ocidente e pela colocação da economia à frente – ou pelo menos em pé de igualdade – com o programa nuclear, como uma prioridade nacional.

A maior fraqueza de Rowhani foi a política externa durante o seu mandato em 2003-2005 como principal negociador do programa nuclear em que Teerão concordou em suspender o enriquecimento de urânio por quase dois anos, mas não obteve quaisquer contrapartidas por parte das potências ocidentais. De facto, a crítica à abordagem de Rowhani nas negociações foi “um importante fator na primeira eleição de Mahmoud Ahmadinejad à presidência em 2005” (Aljazeera 2013). Porém, durante a campanha eleitoral, Rowhani tratou de forma eficaz esta potencial vulnerabilidade, argumentando que a sua abordagem permitiu que o Irão evitasse sanções ao mesmo tempo que preparou o terreno para o desenvolvimento posterior da sua infraestrutura nuclear.

Falando pela primeira vez desde sua vitória nas eleições, Rowhani prometeu mais liberdade e melhores relações com o mundo exterior, referindo-se à questão das relações inexistentes entre o Irão e os Estados Unidos como “uma ferida antiga, que deve ser curada” (Erdbrink 2013). O presidente eleito acrescentou que pretende reduzir as tensões com os Estados Unidos, mas descartou a hipótese de negociações diretas entre os dois países que não têm relações diplomáticas e estão em desacordo sobre a natureza do programa nuclear iraniano. Ecoando declarações semelhantes às da administração cessante de Mahmoud Ahmadinejad, Rowhani afirmou que não haverá negociações diretas entre os dois países até que os Estados Unidos parem de “interferir na política interna do Irão”, levantando as sanções económicas sobre o país em respeito do que chamou de direitos nucleares do Irão. Enfatizando que, assim como os seus antecessores, o seu governo não estaria preparado para suspender o enriquecimento de urânio, o novo presidente garantiu que “não vai desistir de defender os direitos inalienáveis” do povo iraniano (Erdbrink 2013).

Em vez disso, o presidente eleito, que assumiu o cargo no passado dia 3 de agosto, ofereceu maior abertura em relação ao programa nuclear do Irão, explicando que será a sua maneira de trabalhar para acabar com as sanções que prejudicaram gravemente a economia iraniana.

Note-se que o Irão sempre afirmou que o seu programa de enriquecimento de urânio serve fins pacíficos, rejeitando as suspeitas ocidentais de que o país procura desenvolver a capacidade para construir armas de destruição maciça. O regime de Teerão escuda-se no artigo IV do Tratado de Não-Proliferação



Nuclear (TNP)<sup>1</sup> que, diz, dá aos signatários o direito inalienável de desenvolver a investigação, produção e uso de energia nuclear para fins pacíficos e adquirir tecnologia para este efeito a outros signatários.

A fim de compreender melhor a importância do programa nuclear enquanto instrumento essencial da política externa iraniana, é fundamental perceber em que consiste a política externa de um Estado e quais os seus objetivos.

No exercício das competências de soberania externa, a política externa de um Estado é concretizada através de linhas de decisão e acção política desse Estado em relação ao domínio externo, cujo objectivo é “influenciar e controlar os comportamentos e as atitudes dos outros Estados segundo o seu próprio interesse” (Santos 2012, 188). Essas linhas de decisão e acção são convergentes numa “lógica de realização do interesse nacional” (Santos 2012, 152), que poderá ser considerado como um “conjunto de prioridades partilhadas sobre as relações com o resto do mundo” (Nye, Jr. 1999, 23).

A noção de *interesse nacional*, “conceito chave em política externa” (Frankel 1968, 36), é baseada em valores da comunidade nacional que podem ser considerados como o produto da sua história, cultura e tradição projetando um estilo próprio de condução da política externa. Assim, a política externa de um Estado é o reflexo da sua sociedade e dos seus valores, de uma perspectiva própria sobre o seu lugar no mundo e sobre os actores com os quais se relaciona, tendo como referência a noção de *national role*, isto é, aquele que determinada sociedade considera ser o seu papel na comunidade internacional.

De acordo com as previsões realistas que “são provavelmente mais precisas no Médio Oriente”, os Estados “têm de definir o seu interesse nacional em termos de equilíbrio de poder ou não sobreviverão. A sobrevivência vem em primeiro lugar” (Nye, Jr. 2002, 58-59). Posto isto, o primeiro passo no sentido de compreender as ambições nucleares dos *mullahs* está no reconhecimento de que “há uma óbvia racionalidade por detrás das ambições iranianas” (Rato e Lima 2007, 181), isto é, existe um conjunto de preocupações que sustenta as recentes escolhas feitas por Teerão. De facto, o desenvolvimento de armas nucleares pela República Islâmica deve ser visto como uma tentativa de salvaguardar os ideais da Revolução Islâmica e a integridade do Estado.

---

<sup>1</sup> O Tratado de Não Proliferação (TNP) foi assinado em 1968, entrando em vigor a 5 de março de 1970. Atualmente, são signatários do TNP 189 países, de entre os quais os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas: EUA, França, China, Rússia e Reino Unido. Estes cinco países possuem 90% das armas nucleares existentes, sendo o restante distribuído entre três não-signatários do TNP: Israel, Índia e Paquistão. A Coreia do Norte abandonou o tratado em 2003.



Após os acontecimentos de 11 de setembro, os EUA estenderam a sua presença no Médio Oriente e na Ásia Central, agravando assim o sentimento de cerco e vulnerabilidade de Teerão. Forças americanas estacionadas em Estados vizinhos, o reforço da Marinha americana no Mar Vermelho, as armas nucleares paquistanesas e a presença da NATO no Afeganistão passariam a ser fontes permanentes de insegurança iraniana. Na perspectiva de Teerão, a simples presença do Estado judaico na região ameaça a existência da República Islâmica. Sendo assim, não surpreende o consenso das elites e não só quanto à necessidade de fabricar armamento nuclear para salvaguardar a soberania do país. Significa isto que se trata, sobretudo, de uma questão de segurança e de defesa face a ameaças externas, ou seja, a posse de armas nucleares é o resultado direto das preocupações de segurança do regime teocrático.

A perspectiva central do realismo é, frequentemente, ilustrada através do recurso à obra de Hans Morgenthau (1982, 1993) que, definindo o interesse como poder, resume os objectivos da política externa em termos de preservação, aumento ou demonstração desse mesmo poder. O poder pode ser definido como a capacidade de levar os outros a fazer o que eles de outra forma não fariam. Neste sentido, o Irão atua unilateralmente numa lógica de equilíbrio de poder, termo que “vaticina que os Estados atuarão para impedir qualquer outro Estados de desenvolver uma preponderância de poder” (Nye, Jr. 2002, 75). Com a arma nuclear, o regime iraniano espera deter os Estados Unidos, ganhar prestígio internacional e alterar a balança de poder no Médio Oriente. Israel – seu principal rival – deixará de ser o único Estado da região a possuir a arma dissuasora por excelência.

Na verdade, ao reduzir os desequilíbrios no poder militar, os novos Estados nucleares produzem geralmente mais estabilidade regional e internacional, não menos<sup>2</sup>. O monopólio nuclear de Israel na região tem alimentado grandemente a instabilidade no Médio Oriente. Em 1981, Israel bombardeou o Iraque para evitar um desafio ao seu monopólio nuclear. Em 2007, fez o mesmo com a Síria e agora está a considerar uma ação semelhante contra o Irão.

No entanto, os atos que permitiram a Israel manter a sua vantagem nuclear no curto prazo, têm prolongado um desequilíbrio que é insustentável a longo prazo. A comprovada capacidade de Israel para atacar de forma impune potenciais rivais nucleares, provocou, inevitavelmente, entre os seus opositores uma ânsia de desenvolver os meios para impedir o Estado judaico de repetir ações semelhantes. É o arsenal nuclear de Israel, e não o desejo

---

<sup>2</sup> A China maoísta, por exemplo, ficou muito menos belicosa depois de ter adquirido armas nucleares em 1964. Em 1991, os históricos rivais Índia e Paquistão assinaram um acordo comprometendo-se a não atacar as instalações nucleares um do outro. Desde então, mesmo em situações de grande tensão e provocações de risco, os dois países têm mantido a paz.



iraniano de possuir um, que mais tem contribuído para a atual crise na região, que terminará apenas quando o equilíbrio de poder militar for restaurado, pois “power, after all, begs to be balanced” (Waltz 2012).

Embora existam atualmente mais de 50 000 exemplares, as armas nucleares não são utilizadas em guerra desde 1945. A desproporção entre a gigantesca devastação que as armas nucleares podem causar e quaisquer objetivos políticos razoáveis, faz com que os líderes estatais estejam compreensivelmente relutantes em empregá-las. Assim, a força militar derradeira é para todos os efeitos práticos muito cara – tanto em termos de tabu moral, como de riscos de retaliação – para os líderes nacionais ponderarem usá-la em guerra. Tal não quer dizer que as armas nucleares não desempenham qualquer papel na política mundial, pelo contrário “even if it is difficult to use nuclear weapons to compel others, deterrence remains both credible and important” (Nye Jr. 2011, 29).

Nunca houve uma guerra em grande escala entre os dois Estados nucleares. Apesar de ser impossível conhecer com exatidão as intenções iranianas, é muito mais provável que, se o Irão deseja possuir armas nucleares, tal se deve ao propósito de providenciar a sua própria segurança e não para melhorar as suas capacidades ofensivas (ou para se autodestruir). Uma vez alcançado o propósito de adquirir armamento nuclear pelo Irão, a dissuasão entre as duas potências será aplicada, mesmo que o arsenal iraniano seja relativamente pequeno. Nenhum outro país na região terá um incentivo para adquirir a sua própria capacidade nuclear, e a crise atual vai finalmente dissipar-se, levando a uma Médio Oriente que é mais estável do que é hoje (Waltz 2012).

Para além de poderio militar já evidenciado, a arma nuclear confere ao Estado que a possui influência, *status*, poder de negociação e de chantagem, pelo que “o domínio da tecnologia nuclear é uma causa popular defendida por mais de dois terços da opinião pública iraniana e pelas elites, independentemente da sua posição no espectro político, porque reforçam o orgulho nacional” (Pinto 2007, 207), constituindo um instrumento fundamental da política externa de Teerão para a prossecução dos seus interesses nacionais.

É importante salientar que, apesar de todo o debate e controvérsia que a questão nuclear iraniana tem suscitado, parece haver um consenso geral em torno da ideia de que “a dissuasão está relacionada não apenas com a capacidade, mas igualmente com a credibilidade” (Nye, Jr. 2002, 171). De facto, no caso dos recursos e da capacidade de usar a força, “aqueles não se devem avaliar tanto pela posse, mas antes pela credibilidade da capacidade e determinação de os usar” (Santos 2012, 193). Ninguém é capaz de assegurar que o Irão não usará as armas, mas todos concordam que a possibilidade da utilização da força ou da ameaça credível em termos de determinação quanto



ao seu uso constitui uma forma de pressão, de exercício de influência com o objectivo de condicionar o comportamento de outros Estados segundo o seu próprio interesse nacional.

Na condução das negociações, os iranianos têm bem presente o caso similar da Coreia do Norte que desenvolveu armas nucleares ao arrepio do TNP, posteriormente decidiu retirar-se do tratado e conseguiu sair impune tendo, além disso, obtido chorudas compensações por parte de Washington e de Tóquio. Aliás, os iranianos fazem comparações com a Coreia do Norte e questionam porque é que não podem obter as mesmas compensações pela sua cooperação.

O regime iraniano critica a posição do Ocidente que acusa de ter dois pesos e duas medidas: pretende privar o Irão de tecnologia nuclear, mas permite que Israel mantenha um arsenal nuclear que, aliás, nunca declarou oficialmente. A maior crítica feita ao TNP por países como o Irão ou a Índia prende-se com o monopólio nuclear perpétuo que o tratado representa, por dizer que ele legitima as armas nucleares, mas não reconhece outras.

Do que aqui foi exposto, é possível concluir que o programa nuclear iraniano preenche duas categorias de interesses nacionais expressos em objetivos aparentemente distintos, mas interligados. Em primeiro lugar, estão objetivos correspondentes à preservação e defesa da integridade territorial, à proteção e defesa do bem-estar das populações e ao funcionamento regular e sustentado das instituições do regime, expressando interesses nacionais permanentes ou duradouros e inerentes à própria soberania. Em segundo lugar, identificam-se objetivos de médio prazo que têm por finalidade a realização de interesses relacionados com pretensões de aumento de influência sobre a comunidade internacional. O programa nuclear iraniano é, assim, um instrumento fundamental de política externa para o regime do *Ayatollah* Ali Khamenei.

Na sua primeira conferência de imprensa, Hassan Rowhani afirmou que gostaria de se sentar com os americanos e elaborar um acordo semelhante ao que discutiu com os europeus em 2005. Nessa proposta, o Ocidente reconhece o direito do Irão a um programa nuclear civil, permitindo o enriquecimento de urânio com fins pacíficos e desmantelando as sanções económicas. Em troca, o Irão cumpriria as normas da Agência Internacional de Energia Atómica e daria acesso completo aos inspectores, comprometendo-se a não procurar a posse de armas nucleares. Ao encetar aquilo que parece ser uma “abertura” ao exterior, Hassan Rowhani procura, através de um novo ciclo de negociações, impedir o agravamento da situação económica do país e, se possível, obter alguns benefícios em troca. Todavia, pelo que já foi exposto, é pouco provável que Teerão abdique das suas pretensões nucleares.





Quanto a Rowhani, pode ter conquistado o mandato popular, mas as relações tensas do Irão com o Ocidente, a disputa sobre o programa nuclear ou o seu apoio ao presidente sírio Bashar al-Assad na guerra civil são questões de segurança nacional que permanecem no domínio do atual Líder Supremo – figura central do regime teocrático – o *Ayatollah* Ali Khamenei. O Líder Supremo é, simultaneamente, líder político e líder religioso do país. Khamenei é ainda Chefe de Estado e Comandante Supremo das Forças Armadas, sendo-lhe atribuído o poder de declarar a guerra e fazer a paz. Desse modo, o Líder Supremo domina o cenário diplomático e militar.

De facto, apesar de estarmos perante um sistema político presidencialista, o poder último reside no Líder Supremo, nas instituições não-eleitas sob o seu controlo e nos seus aliados que, efectivamente têm bloqueado todas as reformas políticas e todos os esforços de introduzir liberdades civis no país (Freedom House 2012). O Irão é governado por instituições complexas, com vários centros de poder em competição, favorecendo a continuidade à mudança.

Não obstante, é ao novo presidente que cabe a condução da economia, assim como a possibilidade de exercer uma grande influência na tomada de decisões noutras esferas de interesse nacional. Significa isto que Rowhani poderá atuar como uma ponte entre os mais conservadores próximos de Khamenei, que rejeitam qualquer tipo de acomodação com o Ocidente e os reformadores marginalizados durante os últimos quatro anos, que argumentam que a República Islâmica necessita ser mais pragmática nas suas relações com o resto do mundo e modernizar-se a nível interno a fim de garantir a sua própria sobrevivência (Hosseinian 2013).

Dito isto, independentemente de quem é eleito, existem duas tensões básicas que sustentam quase todas as perspectivas da política externa do Irão. A primeira é a tensão que existe entre a rejeição da atual ordem internacional pelo Irão e, simultaneamente, o desejo de melhorar a sua posição dentro dessa própria ordem. A segunda é a tensão entre o sentimento de importância enquanto potência regional e global e seu impulso para enfatizar inseguranças e solidão estratégica. O único princípio orientador da política externa iraniana, que não permite debate é o nacionalismo, especialmente a ênfase na soberania nacional face à arrogância global (Farhi e Saideh 2013, 1).

Estas três forças estabelecem os limites intransponíveis para os agentes políticos se quiserem permanecer no poder. Aqueles que procuram a melhoria das relações ou a acomodação com a ordem global, por exemplo, caminham numa linha tênue entre ser visto como promotor do interesse nacional ou sucumbir às conspirações contra eles maquinadas pelos membros das elites mais conservadores. Enquanto isso, aqueles que defendem a resistência ao



Ocidente e a auto-suficiência têm que estar conscientes do desejo oficial do país ser líder tecnológico e económico na região. E, de uma maneira ou de outra, todos devem acomodar as suas posições sob a égide do nacionalismo.

Em suma, existe consenso sobre os objectivos gerais da política externa iraniana: reforçar o papel do Irão no Oriente Médio e manter a identidade islâmica do país, apesar da adversidade das potências mundiais. O espaço para o debate está reservado apenas para os propósitos da política externa do Irão e os meios através dos quais poderá alcançar estes objectivos (Farideh e Lotfian 2013, 2). Seria um erro reduzir essas discussões a uma disputa entre conservadores por um lado, e reformistas por outro lado, pois “qualquer que seja a sua forma de governo, os Estados atuam de acordo com o seu interesse nacional” (Nye Jr. 2002, 58).



## Referências Bibliográficas

- Erdbink, Thomas. 2013. "Iran President-Elect Wants to Ease Strains With U.S. but Sees No Direct Talks." *The New York Times*, 17 de junho.
- Farhi, Farideh e Saideh Lotfian. 2013. "Iranian Foreign Policy After the Election." *Foreign Affairs*, 13 de junho.
- Frankel, Joseph. 1968. *International Relations*. 2ª. ed. London: Oxford University Press.
- Freedom House. 2013. *Countries at the Crossroads 2012: Iran*. Washington DC: Freedom House.
- Hosseinian, Zahra. 2013. "Iran's new president hails 'victory of moderation'." *Reuters*, 15 de junho.
- Leverett, Flynt, Hillary M. Leverett e Seyed M. Marandi. 2013. "Rouhani won the Iranian election. Get over it." *Al Jazeera*, 16 de junho.
- Morgenthau, Hans J. 1982. *In Defense of the National Interest. A Critical Examination of American Foreign Policy*. 2ª. ed. New York: University Press of America.
- Morgenthau, Hans J. 1993. *Politics among Nations. The Struggle for Power and Peace*. Brief edition. New York: McGraw-Hill.
- Nasr, Vali. 2013. "Regime Change Obama Can Believe In." *Foreign Affairs*, 16 de junho.
- Newton-Small, Jay. 2013. "Who is Hassan Rowhani?" *Time*, 17 de junho.
- Nye, Jr., Joseph. 1999. "Redefining the National Interest." *Foreign Affairs* 78(1).
- Nye, Jr., Joseph. 2002. *Compreender os Conflitos Internacionais - Uma Introdução à Teoria e à História*. 3ª. ed. Lisboa: Gradiva.
- Nye, Jr., Joseph. 2011. *The Future of Power*. New York: Public Affairs.
- Pinto, Maria do Céu. 2007. "O Irão de Ahmadinejad." *Nação e Defesa* 117(3):197-220.
- Rato, Vasco, e Bernardo Pires de Lima. 2007. "A Encruzilhada Iraniana: Armas Nucleares e Consequências Geoestratégicas." *Nação e Defesa* 117(3):179-196.
- Santos, Victor Marques. 2012. *Elementos de Análise de Política Externa*. Lisboa: ISCSP-UTL.
- Waltz, Kenneth N. 2012. "Why Iran Should Get the Bomb." *Foreign Affairs*, 28 de novembro.



**OBSERVATÓRIO POLÍTICO**

Av. Elias Garcia, nº 123 – 7ºE  
1050-098 Lisboa PORTUGAL  
Telf. (00351) 21 820 88 75  
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

Silva, Cristiana «Porque quer e deve o Irão ter a bomba atómica?», *Working Paper #33*, Observatório Político, publicado em 01/08/2013, URL: [www.observatoriopolitico.pt](http://www.observatoriopolitico.pt)

**Aviso:**

Os working papers publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respectivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.